ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato nº 191/2022
Processo de Licitação nº 121/2022
Pregão Eletrônico nº 85/2022
Contratante: Município de Centenário do Sul
Contratado: PAHENBRACAR ENGENHARIA LTDA

Trata-se de processo administrativo instaurado para apurar descumprimento contratual, em face da empresa PAHENBRACAR ENGENHARIA LTDA, neste ato representado pelo Srº PAULO HENRIQUE BRAZ DE CARVALHO.

I - RELATÓRIO

O contrato foi assinado no dia 17/11/2022, tendo como prazo de vigência do contrato 12 meses.

Após denúncias de fraude realizadas no mês de fevereiro de 2023, o Município de Centenário do Sul/PR, abriu procedimento administrativo para apurar as informações realizando notificação extrajudicial para que a empresa apresentasse defesa, em face do direito constitucional do contraditório e ampla defesa, no entanto, após devidamente intimada (07/02/2023) a Contratada não apresentou defesa.

É o relato.

II – PRELIMINAR

O processo está apto a receber julgamento no estado em que se encontra, eis que as matérias enfocadas são tão somente de direito e as questões de fato encontra-se suficientemente demonstradas pelos documentos acostados nestes autos, nos termos do artigo 355, inciso I Código de Processo Civil (analogia).

Outrossim, caso queira o NOTIFICADO, poderá interpor recurso administrativo, ou ingressar na seara judicial, portanto, não há o que se falar no cerceamento de defesa.

III – FUNDAMENTAÇÃO

Decido.

Consta na denúncia realizada pelo advogado Lucas Sonsine Massocatto de que o atestado de capacidade técnica juntada pela empresa PAHENBRACAR no processo licitatório nº 121/2022 é falso.

Referido documento teria sido emitido pelo Secretário de obras Leonardo Martins de Castro Teixeira do município de Catalão/MG. Após contato com o servidor supramencionado o mesmo aduziu que não emitiu o documento.

Ato contínuo foi apresentado nova denúncia de que a empresa PAHENBRACAR teria novamente forjado documento falso de atestado de capacidade técnica, desta vez em nome do município de Centenário do Sul/PR, e apresentado na licitação no Município de Arapoti/PR.

Assim como na primeira denúncia, entrou-se em contato com o setor de licitação de Arapoti/PR, que por sua vez confirmou a apresentação do documento que jamais foi emitido pelo município de Centenário do Sul/PR.

Portanto, verdadeiras as denúncia apontadas pelo denunciante o qual acarreta crime de falsificação de documentos público, em tese perpetrado pela empresa PAHENBRACAR o qual inválida o contrato em epígrafe, torna inabilitado e por seguinte desclassifica do certame.

Levando em consideração que a empresa não se manifestou em nenhuma das oportunidades, tão pouco apresentou justificativa, mesmo depois de devidamente intimada, salutar que arque com as conseqüências. Neste caso, proporcional e razoável a nulidade do contrato e todos os atos posteriormente efetuados, bem como a aplicação da pena de inidoneidade.

A declaração de inidoneidade é a penalidade que visa a conferir ao particular sancionado o atributo de alguém desonesto ou que não tem a capacidade ou aptidão mínimas necessárias que lhe permitam estabelecer uma relação contratual com o Poder Público.

Esta sanção, como adiantado, tem por objetivo apenar o particular que comete uma falta grave perante a Administração, cujo efeito é de impedi-lo de participar de novas licitações ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Em relação ao cabimento da penalidade de declaração de inidoneidade, a Lei nº 8.666/1993 prevê a sua aplicação nos casos de inexecução total ou parcial do contrato (caput do artigo 87); condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de tributos (artigo 88, inciso I); prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação (artigo 88, inciso II) ou que demonstrem que o licitante ou contratado não possui idoneidade para contratar com a Administração (artigo 88, inciso III)

A extensão da sanção de declaração de inidoneidade é ampla, impedindo a participação do particular sancionado em qualquer certame público no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. Significa dizer, portanto, que o particular sancionado por um órgão vinculado a qualquer dos Poderes da União não poderá participar de uma licitação municipal, e vice-versa.

Quanto à duração da declaração de inidoneidade, a Lei nº 8.666/1993 prevê que ela vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 anos.

Desta feita, fica DECLARADO NULO O CONTRATO 191/2022, BEM COMO APLICADA A PENA DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, CONFORME ARTIGO 87, INCISO III C/C 88 INCISOS II E III, PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, conforme os fatos e fundamentos supramencionados.

III - DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, com esteio nos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação e demais princípios do direito administrativo, a juízo da administração pública e em face do caso concreto, DECLARO NULO O CONTRATO 191/2022, BEM COMO APLICO A PENA DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, com fulcro artigo 87, inciso III c/c 88 incisos II e III, da lei 8.666/93.

Concedo ao NOTIFICADO, o prazo de 10 (dez) dias úteis, para interpor pedido de reconsideração da decisão, conforme artigo 109 inciso III da lei 8.666/93.

Em caso da interposição de recurso, fica deferido o efeito suspensivo para aplicação da pena.

Após o transito em julgado registra-se a sanção no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Publique-se.
Intime-se.

Centenário do Sul/PR, 09 de março de 2023.

MARCOS ANTONIO LEITE

Secretário de Administração
Decreto nº 15/2017

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:F08D4A3D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/03/2023. Edição 2727

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>